

Relatório Trimestral de Investimentos

**1º Trimestre
2026**



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório Trimestral de Investimentos 2026.** 1ª Edição. João Pessoa, 2026.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Superintendente:

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto:

Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

Suzana Sitônio de Eça

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:

Higor Delgado Leite Benício

Chefe da Divisão de Previdência:

Yuri Veiga Cavalcanti

Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:

Victor Assis de Oliveira Targino

Chefe da Assessoria Jurídica:

Carlos Eduardo dos Santos Farias

Chefe da Assessoria de Controle Interno:

Ernesto Fialho Pessoa

Chefe da Assessoria de Comunicação Social:

Francisco Emerson de Lucena Neto

Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:

Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro

Chefe da Ouvidoria:

Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:

Isabella Duarte Gouvêa

Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

Soraia Dias Monteiro

Chefe da Seção de Administração Geral:

Camila Pires de Sá Mariz Maia

Chefe da Seção Folha de Benefícios:

Daniela Araújo Agostinho Fortes

Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:

Eneas Lyra de Albuquerque

Chefe da Seção Desenvolvimento:

Thiago Henrique Sena de Souza

Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:

Ana Paula Barreto Aquino

Chefe da Seção de benefícios:

Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres

Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:

Karla Janaina Vergara de Sá

Gerente Administrativo do Fundo Previdenciário:

Ayrton Ciraulo Neto

CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2025 – 2026)

Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:

Titular: Caroline Ferreira Agra

Suplente:

Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:

Titular: Camila Pires de Sá Mariz Maia

Suplente: Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:

Titular: José Augusto de Araújo Souza

Suplente: Kelma Maria Pereira Dionísio

Representante da Sociedade Civil:

Titular: Jéssyca Patricia Paiva Marques Brasileiro

Suplente: : Diego Fernandes Hermínio

Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:

Titular: Valdegil Daniel de Assis

Suplente: Raquel do Nascimento Sabino

Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Franciso de Assis Araújo Neto

Suplente: Giucélia Araújo de Figueiredo

Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:

Titular: Aristavora de Sousa Santos

Suplente: Odon Vilar

Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:

Titular: Rafael Barbosa Damasceno

Suplente: Germana Lins Lópes

CONSELHO FISCAL

Biênio (2025-2026)

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito

Titular: Antônio Henrique Gomes dos Santos

Suplente: Karina Leal Ernesto de Amorim

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Joseane Farias de Souza

Suplente: Daniela Araújo Agostinho Fontes

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:

Titular: Milena Medeiros de Alencar Feitosa

Suplente: Erico Heyller Medeiros de Alencar

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Alex Maia Duarte Filho

Suplente: Yan Cavalcanti Aragão

Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:

Titular: Breno Cavalcanti Fernandes

Suplente: Ednaldo José da Silva

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ayrton Ciraulo Neto - Chefe da Assessoria de Investimentos

Samuel Henrique Schuler Norat - Gerente do Fundo Previdenciário

Carlos Eduardo de Oliveira Silva - Analista Previdenciário/Economista

Revisão

Joseane Farias de Souza - Analista Previdenciário/Arquivista

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos, o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. O Instituto detém o nível III do programa, sendo assim, uma das poucas capitais do nordeste a receber tal certificação.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 22 de janeiro de 2026 com validade até 21 de julho de 2026, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com a atuação do Gerente de investimentos, bacharel em Direito e Ciências Contábeis, com Certificação Profissional da Secretaria de Previdência - SPREV, nível Básico; bem como servidores qualificados e especializados atuando no setor. O IPMJP conta também com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças. O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa é formado por 5 servidores, sendo eles, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Previdência, Chefe da Assessoria de Investimentos e dois representantes dos Servidores Ativos e Inativos. O COI IPMJP realiza reuniões ordinárias mensais onde deliberam principalmente acerca da otimização da carteira de investimentos e consequente aquisição de ativos para o portfólio do fundo.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os resultados consolidados da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário relativos ao primeiro trimestre de 2026.

2 RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA

Ao longo do primeiro trimestre de 2026, o cenário econômico internacional tornou-se menos favorável em razão da alta dos preços de energia e do aumento da incerteza geopolítica. Nos Estados Unidos, a inflação ao consumidor atingiu 3,3% em 12 meses em março, enquanto o Federal Reserve optou pela manutenção da taxa básica de juros diante da persistência inflacionária. Na área do euro, a inflação anual avançou de 1,9% em fevereiro para 2,6% em março, ao passo que a taxa de desemprego ficou em 6,2%, refletindo um quadro de atividade ainda moderada. Entre as grandes economias emergentes, a China apresentou desempenho relativamente mais favorável, com crescimento de 5,0% do PIB no primeiro trimestre. Em conjunto, esses movimentos consolidaram, em março, uma piora do ambiente internacional, marcado por maior aversão ao risco, condições financeiras mais restritivas e maior incerteza quanto à trajetória dos juros globais.

No Brasil, o trimestre começou sob condições ainda relativamente favoráveis. O mercado de trabalho mostrou dinamismo, com geração de 112,3 mil empregos formais em janeiro e 255,3 mil em fevereiro, totalizando 370,3 mil vagas no primeiro bimestre. Ao mesmo tempo, a inflação voltou a ganhar força: o IPCA passou de 0,70% em fevereiro para 0,88% em março, acumulando 1,92% no ano e 4,14% em 12 meses. Nesse contexto, o Copom reduziu a Selic para 14,75% ao ano em março, mas ressaltou que a deterioração do cenário externo exigia maior cautela na condução da política monetária. Apesar disso, o setor externo permaneceu como importante fator de sustentação da atividade, com superávit comercial de US\$ 14,2 bilhões no acumulado de janeiro a março.

Assim, a leitura de conjuntura para o primeiro trimestre de 2026 indica que a economia brasileira ingressou no ano apoiada em fundamentos ainda favoráveis, especialmente emprego, setor externo e agronegócio, mas encerrou março submetida a um contexto internacional mais adverso. A combinação entre alta dos preços de energia, reaceleração inflacionária e aperto das condições financeiras globais reduziu o espaço para uma trajetória mais acelerada de queda da Selic e ampliou os riscos para a condução da política macroeconômica nos meses seguintes.

3 RENTABILIDADE DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

3.1 Estratégias adotadas no primeiro trimestre

No primeiro trimestre de 2026 a estratégia do IPMJP consistiu, majoritariamente, em incrementar sua posição em NTN-B com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B, haja vista a oportunidade atrativa sinalizada pelas taxas de juros ofertadas pelo Tesouro Nacional, que permanecem em patamares elevados, permitindo que se atinja a meta atuarial com o reduzido nível de risco proporcionado por um título da dívida soberana do país. Não obstante o contexto das taxas de juros apresentadas para aquisição de NTN-B, o estudo ALM 2025 também corrobora com a alternativa escolhida pelo comitê de incrementar sua posição em títulos públicos.

Informamos que as atas detalhadas das reuniões do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do município de João Pessoa podem ser acessadas pelo link: https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos

3.2 Composição atual da carteira

Conforme pode-se observar nas tabelas abaixo, os investimentos da carteira do fundo previdenciário concentram-se especialmente em títulos públicos e em fundos de investimento de renda fixa que contém patrimônio aplicado em títulos públicos. Observando-se durante o período um aumento de concentração em títulos do tesouro nacional e em ativos de renda fixa.

Enquadramento dos investimentos - Dezembro de 2025

Enquadramento	Percentual da Carteira	Valor	Limite Mínimo PI 2025	Estratégia Alvo	Limite Máximo PI 2025
Artigo 7º, I	7,08%	R\$ 62.691.053,62	0%	15%	40%
Artigo 7º, III	58,12%	R\$ 514.669.362,20	40%	55%	80%

Artigo 7º,V	14,94%	R\$ 132.294.165,87	0%	5%	30%
Artigo 7º,VI	7,42%	R\$ 65.689.039,91	0%	10%	20%
Artigo 7º,VII	0%	R\$ 0,00	0%	1%	5%
Artigo 8º,I	11,21%	R\$ 99.287.788,16	0%	11,5%	30%
Artigo 8º, III	0,12%	R\$ 1.069.601,42	0%	0,50%	10%
Artigo 9º,II	0,23%	R\$ 2.011.464,64	0%	0,50%	10%
Artigo 10º, I	0,82%	R\$ 7.250.029,02	0%	1%	10%
Artigo 10º, III	0,07%	R\$ 625.175,19	0%	0,50%	3%
TOTAL	100%	R\$ 885.587.680,03	0,00%	100%	0,00%

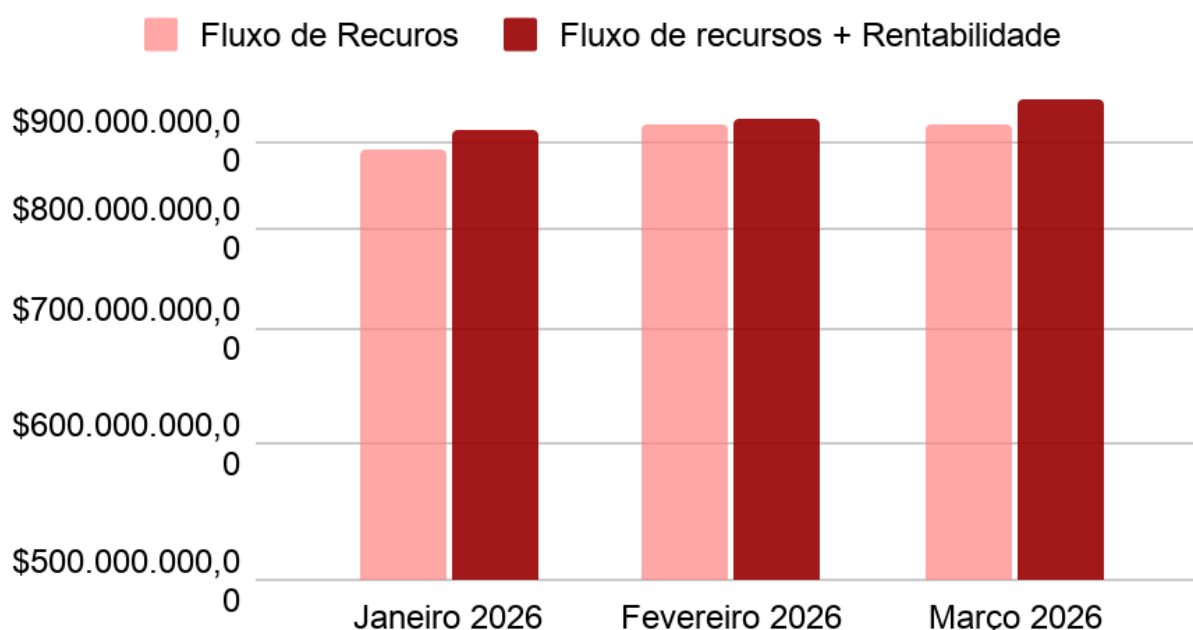
Enquadramento dos investimentos - Março de 2026

Enquadram ento	Percentual da Carteira	Valor	Limite Mínimo PI 2026	Estratégia Alvo	Limite Máximo PI 2026
Artigo 7º,I	9,08%	R\$ 84.955.605,82	0%	10%	30%
Artigo 7º, III	57,60%	R\$ 538.909.555,43	40%	60%	100%
Artigo 7º,V	13,18%	R\$ 123.311.533,18	0%	15%	30%
Artigo 7º,VI	7,22%	R\$ 67.517.933,91	0%	5%	20%
Artigo 8º,I	11,75%	R\$ 109.907.823,86	0%	8,75%	30%
Artigo 8º, III	0,12%	R\$ 1.127.464,87	0%	0,25%	10%
Artigo 9º,II	0,19%	R\$ 1.787.563,73	0%	0,50%	10%
Artigo 10º, I	0,80%	R\$ 7.501.791,84	0%	0,50%	5%
Artigo 10º, III	0,06%	R\$ 570.740,67	0%	0%	0%
TOTAL	100%	R\$ 935.590.013,31	0,00%	100%	0,00%

3.3 Fluxo de caixa dos investimentos e evolução do Patrimônio Líquido

No que toca ao fluxo dos investimentos do primeiro trimestre, considerando rentabilidade consolidada e os aportes mensais dos repasses previdenciários, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 7,19% do patrimônio líquido, que corresponde a um incremento de R\$ 63.870.617,94 entre dezembro e março de 2026.

Evolução Patrimônio Líquido



3.5 Atribuição de Resultado

Durante o primeiro trimestre de 2026 a carteira do fundo previdenciário valorizou em 3,90%, superando a meta atuarial de 3,35% para o período. Tais resultados refletem a composição da carteira, que se posiciona majoritariamente em títulos públicos, mas contém participação no mercado de renda variável, o que permite obter um nível de risco menor, obtido pelos títulos públicos, mas ainda estar exposto a um maior nível de retorno, proporcionado pela renda variável. Esse maior nível de retorno da renda variável no trimestre auxiliou o maior retorno obtido pela carteira.

O Ibovespa obteve valorização de 16,77% no trimestre mencionado. Apesar da alta da bolsa, o período foi marcado por um cenário mundial conturbado, ocasionando à

resistência das elevadas taxas dos títulos públicos do tesouro nacional e da manutenção da taxa SELIC no patamar de 14,75% ao ano.

4 ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere ao acompanhamento, cumpre informar que a Assessoria de Investimentos realiza periodicamente reuniões com as instituições financeiras, no sentido de analisar relatórios analíticos de rentabilidade, análise de novos produtos ofertados bem como estudo de carteira e estratégias para alocação dos recursos.



Safari 10:11 Terça-feira 27 de janeiro

Análise Macroeconômica Mensal

4UM Investimentos

17 de janeiro de 2026

Guilherme Micota Stipp (Não verificado)

Contents: 4UM Investimentos / Análise & Gestão [2026]

30m0s slide 1/94

ASSINV (Não... Samuel Norat... Guilherme Micot... Erico Sganzer... Dario Simoes...

Safari 10:10 Quinta-feira 26 de fevereiro

Você ingressou como participante. Saiba mais

PCE de dezembro/25 registra elevação acima das expectativas de mercado.

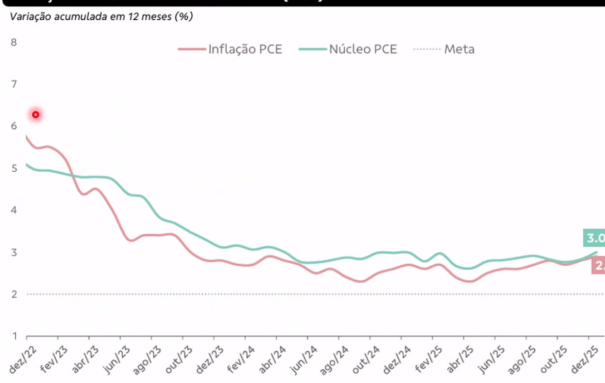
O índice de inflação PCE (Personal Consumption Expenditures)* de dezembro, a métrica preferida pelo Federal Reserve (Fed) para monitorar a inflação, **subiu 2,9%** em 12 meses, marginalmente acima das expectativas de mercado (2,8%), conforme a mediana da Bloomberg. Já na variação mensal, registrou incremento de 0,4%. Quanto ao núcleo, a variação anual foi de **3,0%**, enquanto o avanço mensal foi de 0,4%.

A alta da inflação medida pelo PCE em dezembro reforça a avaliação de que os preços nos Estados Unidos seguem resistentes à convergência para o centro da meta de 2,0%. As pressões inflacionárias permanecem concentradas, em grande parte, em fatores do lado da oferta, indicando o repasse aos consumidores de aumentos de custos associados à imposição de tarifas ou à persistência de gargalos nas cadeias globais de suprimentos.

Esse ambiente inflacionário mais rígido sustenta uma postura cautelosa da autoridade monetária e reforça nossa expectativa de início da flexibilização monetária a partir de junho, quando deverá ocorrer o primeiro dos três cortes de 25 pontos-base considerados em nosso cenário, levando o Fed Funds para 3,00% ao final de 2026.

Inflação dos Gastos do Consumidor (PCE)

Variação acumulada em 12 meses (%)



— Inflação PCE — Núcleo PCE Meta

des/22 fev/23 abr/23 jun/23 ago/23 out/23 dez/23 fev/24 abr/24 jun/24 ago/24 out/24 dez/24 fev/25 abr/25 jun/25 ago/25 out/25 dez/25

3.0 2.9

Rodrigo Puerta Demarque (Não verificado) ... tics/Bloomberg. Elaboração: BB Assessoramento Econômico. * Medida de inflação descontando os itens mais voláteis como alimentação e energia

JJ AA im IA SN

Jonas Delfino... Allen Wylder... Rodrigo Puerta... IPM ASSINV (... Samuel Norat...

5 PERSPECTIVAS PARA O SEGUNDO TRIMESTRE 2026

O segundo trimestre de 2026 inicia-se sob um cenário de consolidação cautelosa. No ambiente internacional, destaca-se a resiliência da economia dos Estados Unidos, com atenção voltada à transição de liderança no Federal Reserve, prevista para maio, em um contexto de monitoramento contínuo da inflação e calibração da política monetária. Na China, o governo busca sustentar a meta de crescimento de 5%, equilibrando medidas de estímulo fiscal com os efeitos estruturais da crise imobiliária e o aumento das tensões comerciais e geopolíticas.

No Brasil, o 2T26 avança em ambiente de cautela. As projeções do Boletim Focus para a inflação de 2026 seguem em trajetória ascendente há sete semanas consecutivas, alcançando 4,86% (Focus de 24 de abril), acima do teto da meta de 4,5%. Esse quadro reforça a necessidade de maior prudência na condução da política monetária. Apesar do recente corte de 0,25 p.p. na taxa Selic, as expectativas de reduções mais intensas perderam força, com projeção de juros em torno de 13% ao final de 2026.

A conjuntura atual, marcada por instabilidade geopolítica, elevação dos preços de energia e pressões inflacionárias, sugere uma trajetória mais conservadora para a política monetária nos próximos trimestres. Adicionalmente, o cenário doméstico requer atenção, tendo em vista o avanço do calendário eleitoral, que pode aumentar a volatilidade nos mercados de ativos.

Diante do cenário desafiador e de incerteza, a carteira do IPM se mantém em uma posição conservadora, composta majoritariamente por títulos públicos, em especial aqueles atrelados à inflação. Por conseguinte, mantém-se resguardada quanto a tais instabilidades econômicas que poderiam gerar perda de rentabilidade durante o período.